



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/01/2017

INDICE

1. CONVÊNIOS	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
1.2. JORNAL O DEBATE.....	2
1.3. JORNAL O IMPARCIAL.....	3
1.4. JORNAL O QUARTO PODER.....	4 - 5
1.5. JORNAL PEQUENO.....	6
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7
3. PRECATÓRIOS	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	8
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	9
5. PROCESSO SELETIVO	
5.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	10 - 11
6. PUBLICIDADE LEGAL	
6.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	12 - 13
7. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
7.1. JORNAL O DEBATE.....	14
7.2. JORNAL O QUARTO PODER.....	15 - 16
7.3. JORNAL PEQUENO.....	17
8. VARA CRIMINAL	
8.1. JORNAL PEQUENO.....	18
9. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
9.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	19 - 21
9.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	22
9.3. JORNAL PEQUENO.....	23 - 26

Justiça determina regularização fundiária de quatro bairros da capital

Em atendimento ao Ministério Público do Maranhão (MP-MA), a Justiça determinou que a Emarhp (Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S.A.) proceda, em quatro anos, à regularização fundiária e urbanística dos loteamentos do Vinhais, Cidade Operária, Bequimão e Angelim, além dos promovidos pela extinta Cohab.

A sentença estabelece, ainda, que a empresa abstenha-se de celebrar contratos referentes a loteamentos referentes a estas áreas. A multa por descumprimento estipulada é de R\$ 10 mil

diários. O montante deve ser transferido ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

A decisão, do titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas de Melo Martins, acolhe pedidos formulados pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Luís, Luis Fernando Cabral Barreto Junior, em Ação Civil Pública ajuizada em julho de 2007.

Segundo o representante do MP-MA, o objetivo foi recuperar espaços públicos alienados de forma indevida pela EMARHP, incluindo terras de propriedade da empresa, que foram vendidas de forma ilegal.

Transporte Coletivo
Justiça acata pedido contra reajuste das passagens em SL



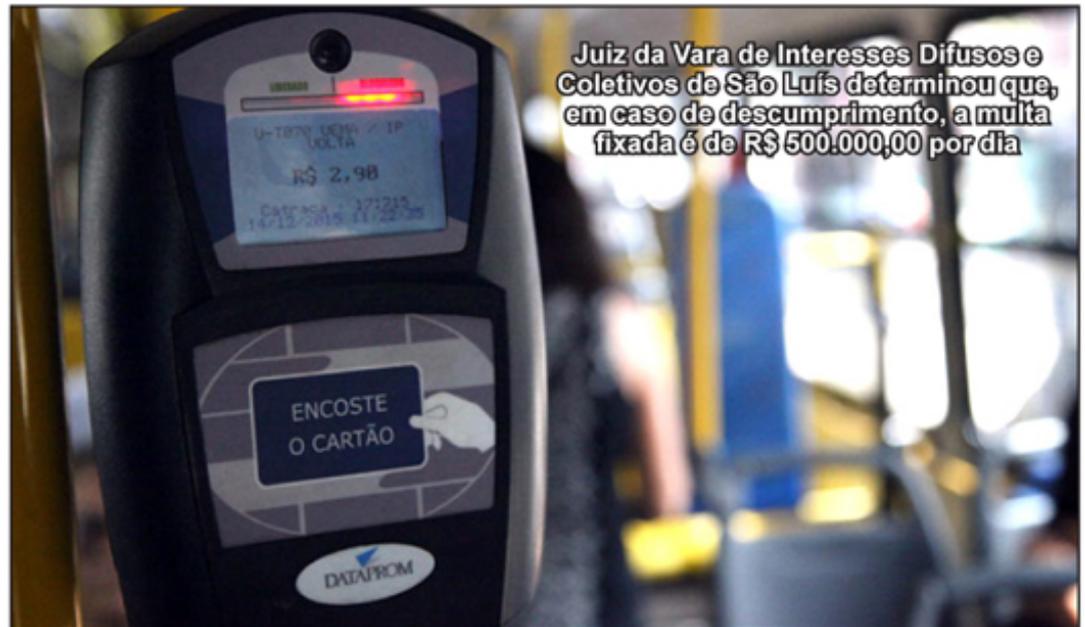
SEM AUMENTO

Justiça acata pedido contra reajuste das passagens de ônibus em São Luís

O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, acatou pedido formulado pelo Município de São Luís contra o reajuste das passagens de ônibus na capital maranhense. Nos últimos dias, os usuários do transporte coletivo têm sofrido com paralisações dos rodoviários.

A Prefeitura protocolou o pedido para que as empresas cumpram o acordo feito no processo de licitação do transporte de não reajustar os preços este ano. O pedido foi contra a Viação Primor LTDA, Upaon-Açu, Taguatur, central, São Miguel de Uberlândia LTDA, Expresso Rei de França e Sindicato de Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís.

"Defiro o pedido de concessão de tutela de urgência e, por conseguinte, reconhecendo a inexigibilidade de qualquer reajuste ou recomposição tarifária antes do período de 12 meses a contar da data base, nos termos do contrato, Determino aos réus que se abstenham de utilizarem o reajuste/recomposição da tarifa de transporte coletivo como solução do dissídio coletivo com os trabalhadores. Determino ainda que os réus cumpram integralmente os termos dos contratos de concessão em pleno vigor,



Juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís determinou que, em caso de descumprimento, a multa fixada é de R\$ 500.000,00 por dia

garantindo a continuidade integral e regular dos serviços de transporte público no município de São Luís, sem qualquer interrupção.", diz a decisão.

GREVE

Douglas Martins afirmou que o exercício do direito de greve pelos trabalhadores é legítimo, porém, não pode ser condicionado ao reajuste da tarifa dos transportes coletivos de São Luís. "O atendimento das reivindicações dos trabalhadores não pode ser condicionado ao reajuste da tarifa dos transportes coletivos de São Luís. As empresas tinham conhecimento da necessi-

dade de reajuste dos salários quando participaram do processo licitatório e fizeram suas propostas", afirma.

A decisão determinou, ainda, que em caso de descumprimento, a multa foi fixada em R\$ 500.000,00 por dia.

A paralisação dos motoristas, cobradores e fiscais do transporte coletivo de São Luís, que estava planejada para segunda (23) durou apenas algumas horas, e em poucas empresas. Isso porque os empresários realizaram os pagamentos dos funcionários que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário do Estado Maranhão (Sttrema),

estava em atraso e seria o principal motivo da greve.

Na manhã de ontem, porém, os trabalhadores da Empresa Planeta, antiga São Benedito, cruzaram os braços por falta de pagamento. Por meio de nota, o sindicato da categoria afirmou que "são cerca de 40 veículos que circulam diariamente pelas avenidas de São Luís e que só voltarão a rodar, a partir do momento que for disponibilizado o salário dos rodoviários". Diretores do Sindicato estão na garagem acompanhando essa situação, orientando os trabalhadores e aguardando um posicionamento de representantes da empresa.

Poder Judiciário aplica provas de seletivo de estágio em cinco municípios

Cerca de 1.042 candidatos estão concorrendo a 50 vagas para estágio



Três vagas são destinadas a alunos com deficiência.

O Tribunal de Justiça do Maranhão – por meio da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, realizou nesse domingo (22), a prova objetiva do Processo Seletivo para Estágio Remunerado, destinado a estudantes entre o 6º e 9º período de Direito. As provas aconteceram nos polos de São Luís, Bacabal, Caxias, Imperatriz e São João dos Patos.

Cerca de 1.042 candidatos estão concorrendo a 50 vagas para estágio no Poder Judiciário. Três vagas são destinadas a alunos com deficiência.

Entre os concorrentes, Jéssica Cristina Carvalho, estudante do 8º período de Direito, que considerou a prova bem elaborada e elogiou a organização do seletivo. “Fiz a prova com calma e desde a inscrição, notei como todas as etapas até a prova foram bem esclarecidas. Quero conhecer como é a rotina do Judiciário, nada melhor que a prática para ensinar. Esta oportunidade veio em boa hora, pois pretendo seguir uma carreira pública”, revelou.

Os desembargadores Lourival Serejo e José Castro – componentes da Comissão Examinadora do Processo Seletivo, acom-

panharam a entrega e abertura dos envelopes das provas, que foram iniciadas pontualmente às 8h30.

EQUIPE - Para aplicação das provas em São Luís, a Esmam disponibilizou dois fiscais em cada uma das 19 salas utilizadas do Uniceuma (Renascença). A equipe, cerca de 50 pessoas, era formada por servidores da Esmam e da Diretoria de Recursos Humanos do TJMA. Nos demais polos de realização da prova, servidores da escola foram deslocados para coordenação do certame.

A Esmam também contou com o apoio de policiais militares e bombeiros da Diretoria de Segurança Institucional e de uma equipe da Divisão Médica para o suporte de primeiros socorros.

“A escola realiza este evento com total atenção às normas do edital e não mediu esforços para que tudo ocorresse com tranquilidade, contando com a colaboração de servidores e magistrados, os quais agradecemos a cooperação na execução de mais um processo seletivo”, destacou Marilse Medeiros, secretária-geral da Esmam.

GABARITO - O gabarito será disponibilizado no site da escola judicial maranhense,

por meio do Portal do Poder Judiciário, na seção “processos seletivos”, em até 48 horas após a data da realização das provas.

Será considerado aprovado o candidato que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% do total das questões da prova objetiva. Os dias 24 e 25 de janeiro, os candidatos poderão interpor recursos referentes à prova objetiva, que serão julgados de 26 de janeiro a 1º de fevereiro.

Os aprovados nesta etapa serão conhecidos no dia 6 de fevereiro, data prevista para a divulgação dos resultados. No dia 15 de fevereiro, eles deverão se apresentar em audiência pública, na qual serão prestados esclarecimentos sobre as atividades de estágio e escolhidos os setores de lotação, seguindo a ordem de classificação.

Mais informações sobre o processo seletivo para estágio remunerado do Tribunal de Justiça do Maranhão pelo telefone: (98) 3235 3903 (Coordenação Pedagógica da Esmam). Todas as informações sobre o processo seletivo de estágio 2016 também estão sendo publicadas em área exclusiva no site da Esmam. (Assessoria)

Contra as drogas

A campanha “Maranhão Contra as Drogas”, que contará com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão, está sendo deflagrada em todos os municípios maranhenses com o objetivo de enfrentar a problemática do consumo de crack e outras drogas por jovens no Estado.

Ontem, o desembargador Cleones Cunha, presidente do TJMA, reuniu-se com a coordenadora da Comissão Externa Nacional de Combate às Drogas da Câmara Federal, deputada Eliziane Gama, que pediu a adesão do Poder Judiciário à campanha.

O desembargador garantiu que o Poder Judiciário se engajará na campanha e designou o juiz auxiliar da Presidência, Júlio Praseres, para acompanhar a questão no âmbito do Poder Judiciário, fazendo a articulação com as comarcas e instâncias da Justiça estadual para fortalecer a iniciativa.

Washington deve tomar posse em Bacuri

Uma decisão do desembargador Raimundo Barros, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), deve garantir a posse de Dr. Washington (PDT) como prefeito de Bacuri.

O magistrado deferiu um pedido de desistência formulado pelo Município, o que acabou tornando sem efeito liminar concedida pelo desembargador Antônio Bayma.

O pedetista disputou a eleição subjudice porque teve as contas de 2010, quando ainda era prefeito da cidade, reprovadas em maio de 2016 pelos vereadores.

No dia 11 de dezembro de 2016, no plantão, o desembargador Guerreiro Junior havia suspenso os efeitos do decreto legislativo que confirmara a reprovação e garantido a possibilidade da declaração de Washington como prefeito eleito.

Esta decisão havia sido invalidada pela liminar de Bayma, concedida no dia 14 de dezembro.

Ocorre que o despacho baseava-se em pedido formulado por advogados nomeados pelo ex-prefeito José Baldoíno da Silva Nery, que na data do protocolo já havia sido cassado.

“Devo considerar o pedido de desistência do município de Bacuri, eis que o pedido cautelar foi proposto por um prefeito que não mais representava o município em questão”, destacou Barros. ●

ESTADO MAIOR

Regularização

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital, Douglas Martins, determinou que a Emarhp proceda em quatro anos a regularização fundiária de loteamentos em quatro bairros da capital.

Os bairros são Vinhais, Cidade Operária, Bequimão e Angelim, além dos construídos pela extinta Cohab.

A multa por descumprimento estipulada é de R\$ 10 mil, diários. O montante deve ser transferido ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

“Maranhão Contra as Drogas”

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, reuniu-se ontem (23) com a coordenadora da Comissão Externa Nacional de Combate às Drogas da Câmara Federal, deputada Eliziane Gama, que pediu a adesão do Poder Judiciário à campanha “Maranhão Contra as Drogas”. A campanha está sendo deflagrada em todos os municípios maranhenses com o objetivo de enfrentar a problemática do consumo de crack e outras drogas por jovens no Maranhão.

SERVIÇOS CARTORÁRIOS

Em reunião presidida pela juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, o Núcleo Avançado Extrajudicial – NAE criado pela atual gestão da corregedora Anildes Cruz, apresentou modelo de relatório de atividades para preenchimento anual pelas serventias extrajudiciais. A ação da Corregedoria visa dar cumprimento ao inciso II do artigo 145 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, que estabelece os deveres dos notários e registradores do Estado. A Corregedoria, por meio do NAE, já dispõe de acesso ao Banco Nacional de Protestos, o que vai facilitar a instalação de “totem” de pesquisa gratuita de protestos, que será disponibilizado para a Justiça de 1º grau e instalado no Fórum de São Luís. O Núcleo sugeriu a notificação dos cartorários que ainda não estão cadastrados na Central de Protestos, para procederem a inscrição de suas serventias e posterior inserção de dados com os protestos ativos dos últimos cinco anos. A Corregedoria já formalizou a notificação das serventias (Despacho GCGJ-3682016, que serviu de ofício) enviado em 18/11/2016 por malote digital e e-mail.

1 Depois de percorrer nove cidades no interior com a campanha de combate às drogas, a deputada Eliziane Gama volta hoje a mais seis municípios, empolgada com o apoio recebido. “Tribunal de Justiça, Ministério Público, Polícia Federal e prefeituras abraçaram a campanha, com igual empenho. Só Deus para fazer isso”, festejou ela.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 03/2017
PROCESSO Nº 38.788/2016

Objeto: Registro de preço para Aquisição de switches para a Escola da Magistratura-ESMAM;
Abertura: 07/02/2017, às 10:30 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br;
Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA,
CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; Fone: 98 3261 6181.

São Luís/MA, 24 de janeiro de 2017.

Allyson Frank Gouveia Costa

Pregoeiro TJMA.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017-SRP
PROCESSO Nº 40.713/2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente; **Abertura:** 06/02/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 23 de janeiro de 2017.

Maurício Fernandes Lima
Pregoeiro do TJMA.

Mudanças em regras para pagamento de precatórios são debatidas em reunião no TJRS



Reunião da Câmara Nacional de Precatórios com o presidente do TJRS

Nas últimas quinta e sexta-feira, dias 19 e 20 de janeiro, o juiz Nilo Ribeiro Filho, auxiliar e coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão, participou da reunião da Mesa Diretora da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, da qual faz parte como 1º membro vogal. O encontro foi realizado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS).

O tema principal do encontro foi a Emenda Constitucional 94/2016, publicada em 15 de dezembro, que altera o regime de pagamento de precatórios. “É um novo regramento que começa a ser implantado, com acréscimo de dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. E diante da complexidade das inovações e sua implantação, é imprescindível a atuação da Câmara para orientar e uniformizar os procedimentos”, explica o juiz Nilo Ribeiro.

De acordo com o magistrado maranhense, a Câmara trabalha no sentido de emitir uma

Nota Técnica com orientações e uniformização dos procedimentos para aplicação das novas regras para todos os Tribunais de Justiça do país.

Cortesia - O grupo de magistrados que integra a Câmara foi recebido pelo presidente do TJRS, desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, acompanhado pela coordenadora da Central de Conciliação e Pagamento de Precatórios do TJRS, juíza Kétlin Pasa Casagrande, integrante da Câmara como 2º membro vogal. “A Justiça precisa desempenhar da melhor forma possível a parte que nos toca nesta relevante questão”, disse o desembargador.

O diretor-técnico da Câmara, desembargador Luiz Paulo Aliende Ribeiro, do TJ de São Paulo, destacou que o apoio prestado aos Tribunais de Justiça de todo o Brasil através do grupo, que além dos magistrados citados acima, também participam Francisco Eduardo Fontenele Batista (TJCE), Ramom Tácio de Oliveira (TJMG), Marcos de Oliveira Pinto (TJSE), Bruno Lacerda (TJRN) e Isaías Andrade Lins Neto (TJPE). (*Asscom TJMA*)

**Campanha contra
as drogas recebe
adesão do MP-MA,
TJ-MA e PRF**

Pág - 3

Campanha contra as drogas recebe adesão do MP-MA, TJ-MA e PRF

A campanha “Maranhão contra as drogas” recebeu nesta segunda-feira, dia 23 a adesão do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça e Polícia Rodoviária Federal.

“A adesão destas instituições é muito importante, pois a união de forças com a sociedade mostra que é possível fortalecer esta luta. A família não pode perder esta guerra”, destacou Eliziane.

Na manhã desta segunda-feira(23) a coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre consumo de drogas entre jovens, deputada federal Eliziane Gama (PPS-MA) participou de reunião de trabalho com o Procurador Geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga e promotores de justiça.

Ela também se reuniu com o superintendente da PRF, Inspetor Paulo Moreno que manifestou apoio a campanha. O inspetor Noberto, responsável pela comunicação da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão também participou do encontro.



Eliziane reuniu-se com representantes das instituições nesta segunda-feira, dia 23

Em seguida a deputada maranhense foi recebida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha e o juiz Julio Praseres.

O desembargador garantiu que o Poder Judiciário se engajará na campanha e designou o juiz auxiliar da Presidência, Júlio Praseres, para acompanhar a questão no âmbito do Poder Judi-

ciário, fazendo a articulação com as comarcas e instâncias da Justiça estadual para fortalecer a iniciativa.

“A questão do consumo de drogas por jovens é preocupante e cresce numa velocidade assustadora, se constituindo num grave problema de saúde pública, com sérias consequências sociais no futuro da juventude em vários

municípios maranhenses”, disse o desembargador Cleones Cunha.

A deputada Eliziane Gama afirmou que na guerra contra às drogas é importante a união de forças entre os órgãos e instituições públicas. “A participação efetiva do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Rodoviária Federal nessa importante campanha dará uma importante contribuição para transformar essa triste realidade que atinge os jovens maranhenses usuários de drogas”, enfatizou Eliziane.

Nos municípios

Na semana passada, Eliziane percorreu nove cidades do Maranhão para apresentar a campanha sobre drogas e incentivar cidades a desenvolverem ações de prevenção. Esta semana, a deputada maranhense continuará as visitas aos municípios.

Na tarde desta terça-feira (24), a deputada Eliziane Gama estará na Câmara Municipal de Presidente Dutra, depois segue para os municípios de Colinas e Tuntum.

Corregedoria implanta melhorias para os serviços cartorários do Estado

Em reunião presidida pela juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, na última sexta-feira (20), o Núcleo Avançado Extrajudicial – NAE criado pela atual gestão da corregedora Anildes Cruz, apresentou modelo de relatório de atividades para preenchimento anual pelas serventias extrajudiciais. A ação da Corregedoria visa dar cumprimento ao inciso II do artigo 145 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, que estabelece os deveres dos notários e registradores do Estado.

A Corregedoria, por meio do NAE, já dispõe de acesso ao Banco Nacional de Protestos, o que vai facilitar a instalação de “totem” de pesquisa gratuita de protestos, que será disponibilizado para a Justiça de 1º grau e instalado no Fórum de São Luís. O Núcleo sugeriu a notificação dos cartorários que ainda não estão cadastrados na Central de Protestos, para procederem a inscrição de suas serventias e posterior inserção de dados com os protestos ativos dos últimos cinco anos. A Corregedoria já formalizou a notificação das serventias (Despacho GCGJ-3682016, que serviu de ofício)

enviado em 18/11/2016 por malote digital e e-mail.

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, acompanhada do juiz auxiliar José Américo, recebeu as sugestões e parabenizou o trabalho e a iniciativa do NAE em busca de melhorias e aprimoramento dos serviços cartorários do Maranhão. “Nosso objetivo é instar notários e registradores a disponibilizarem um serviço eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em lugar de fácil acesso ao público e, que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.”, ressaltou a corregedora.

Participaram da reunião o superintendente da Central de Remessa de Arquivos, Christian Carvalho; o titular da Serventia de Raposa, Gustavo Coelho; a titular da 2ª Zona de Registro Civil e membro do NAE, Rosseline Rodrigues; e Juvêncio Belfort, assessor jurídico do 2º Tabelionato de Protestos da capital. A juíza presidente do NAE, Sara Gama, marcou uma nova reunião para o dia 24 de fevereiro de 2017, às 9h, cientificando os presentes.

Campanha contra as drogas recebe adesão do MP-MA, TJ-MA e PRF

A campanha “Maranhão contra as drogas” recebeu, nesta segunda-feira (23), a adesão do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça e Polícia Rodoviária Federal.

“A adesão destas instituições é muito importante, pois a união de forças com a sociedade mostra que é possível fortalecer esta luta. A família não pode perder esta guerra”, destacou a deputada federal Eliziane Gama, coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre consumo de drogas entre jovens.

Eliziane participou de reunião de trabalho com o Procurador Geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga, e promotores de justiça. Ela também se reuniu com o superintendente da PRF, Inspetor Paulo Moreno que manifestou apoio a campanha. O inspetor Noberto, responsável

pela comunicação da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão, também participou do encontro.

A deputada maranhense foi recebida, em seguida, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, e pelo juiz Julio Praseres.

O desembargador garantiu que o Poder Judiciário se esforçará na campanha e designou o juiz auxiliar da Presidência Júlio Praseres para acompanhar a questão no âmbito do Poder Judiciário, fazendo a articulação com as comarcas e instâncias da Justiça estadual para fortalecer a iniciativa.

“A questão do consumo de drogas por jovens é preocupante e cresce numa velocidade assustadora, se constituindo num grave problema de saúde pública, com sérias consequências sociais no futuro da juventude em vários municípios maranhenses”, disse o



Deputada Eliziane Gama em reunião com o presidente do TJMA, que garantiu apoio à campanha

desembargador Cleones Cunha. Eliziane Gama afirmou que na guerra contra às drogas é importante a união de forças entre os órgãos e instituições públicas. “A participação efetiva do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Rodoviária Federal nessa importante campanha dará uma importante contribuição para transformar essa triste realidade que atinge os jovens maranhenses usuários de drogas”, enfatizou Eliziane.

Na semana passada, Eliziane percorreu nove cidades do Maranhão para apresentar a campanha sobre drogas e incentivar cidades a desenvolverem ações de prevenção. Esta semana, a deputada maranhense continuará as visitas aos municípios. Nesta terça-feira (24), a deputada estará na Câmara Municipal de Presidente Dutra, depois segue para os municípios de Colinas e Tuntum.

Procuradores de Justiça visitam o presidente do TJMA

O procurador-geral de Justiça do Estado, Luiz Gonzaga Coelho Martins, e os membros do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão, fizeram, ontem (23), visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha. “É uma honra receber a visita do Colégio de Procuradores do Ministério Público, com quem o Poder Judiciário tem mantido um excelente relacionamento”, destacou o presidente do TJMA, Cleones Cunha, que iniciou a sua carreira jurídica no órgão ministerial.

Durante o encontro, os membros da Procuradoria Geral de Justiça e o presidente do TJMA trataram de vários assuntos de interesse das duas instituições, incluindo a sistemática do plantão do 2º Grau no âmbito do Ministério Público, a repatriação aos municípios, entre outros. De

acordo com os procuradores, o plantão no 2º Grau se dará semanalmente, com um procurador respondendo aos sete dias da semana, quando a escala se renova.

Acompanharam o procurador-geral de Justiça os procuradores Carlos Jorge Avelar Silva, Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf, Mariléa Campos dos Santos Costa, Themis Maria Pacheco de Carvalho, Sarnara Ascar Sauaia, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Marco Antônio Anchieta Guerreiro, Teodoro Peres Neto, Paulo Roberto Saldanha Ribeiro, Clodenilza Ribeiro Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau e Ana Lúcia de Mello e Silva Morais. O Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão tem como presidente o procurador-geral de Justiça do Estado, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

CGJ implanta melhorias para serviços cartorários do Estado

Em reunião presidida pela juíza Sara Gama, auxiliar da Corregedoria, na última semana, o Núcleo Avançado Extrajudicial – NAE criado pela atual gestão da corregedora Anildes Cruz, apresentou modelo de relatório de atividades para preenchimento anual pelas serventias extrajudiciais. A ação da Corregedoria visa dar cumprimento ao inciso II do artigo 145 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, que estabelece os deveres dos notários e registradores do Estado. Por meio do NAE, a Corregedoria já dispõe de acesso ao Banco Nacional de Protestos, o que vai facilitar a instalação de “totem” de pesquisa gratuita de protestos, que será disponibilizado para a Justiça de 1º grau e instalado no Fórum de São Luís. O Núcleo sugeriu a notificação dos cartorários que ainda não estão cadastrados

na Central de Protestos, para procederem a inscrição de suas serventias e posterior inserção de dados com os protestos ativos dos últimos cinco anos. A Corregedoria já formalizou a notificação das serventias por malote digital e e-mail. A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, acompanhada do juiz auxiliar José Américo, recebeu as sugestões e parabenizou o trabalho e a iniciativa do NAE em busca de melhorias e aprimoramento dos serviços cartorários do Maranhão. “Nosso objetivo é instar notários e registradores a disponibilizarem um serviço eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em lugar de fácil acesso ao público e, que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos”, ressaltou a corregedora.

Polícia já identificou três suspeitos por duplo homicídio no Coroadinho

Uma das vítimas foi um menino de apenas 6 anos, vítima de bala perdida

NELSON MELO

Policiais do 10º Distrito Policial (DP), Bom Jesus, e da 2ª Unidade de Segurança Comunitária (USC) já identificaram três dos quatro envolvidos em um duplo homicídio ocorrido na noite de domingo (22) na Vila São Sebastião, no Polo Coroadinho, em São Luís. Na ocasião, morreram Thawã Victor Cardoso Silva da Silva, de apenas 6 anos; e Carlos Magno Soares de Almeida, 33.

Como explicou o delegado Rondinelli Araújo, titular do 10º DP, quatro suspeitos, que teriam seguido trilhas na Reserva do Batatã, cortando caminho com facções, entraram na Vila São Sebastião, por volta das 20h30, e simplesmente abriram fogo contra as pessoas que encontraram pelo caminho, de forma indistinta, pegando-as de surpresa. O grupo portava armas de fogo longas, como ainda puderam observar sobreviventes do ataque criminoso, mesmo em um local com iluminação precária.

Havia moradores que conversavam na porta de suas casas, incluindo crianças, que brincavam na rua, no momento do tiroteio, segundo Rondinelli descreveu. Desse atentado, que aparentemente não objetivava atingir um alvo específico, o pequeno Thawã Victor foi baleado, assim como Carlos

Magno, que era gesseiro, e outras três pessoas. Enquanto um rastro de sangue foi deixado na localidade, os criminosos fugiram de lá possivelmente pelo mesmo trecho de onde vieram, isto é, a Reserva do Batatã.

Das vítimas alvejadas, a criança e o gesseiro não resistiram. As demais foram encaminhadas ao Hospital Municipal Djalma Marques, na região central da cidade. Este ataque teria sido executado por membros da facção Bonde dos 40, que teriam saído armados do Morro do Zé Bombom, na área do Coroadinho. O delegado adiantou que os três prováveis autores do tiroteio, dentre quatro que participaram, foram identificados e suas prisões preventivas seriam representadas na tarde de ontem (23) junto ao Poder Judiciário.

OUTRAS MORTES

Na sexta-feira (20), por volta das 21h40, mataram Luciano dos Santos, 40, no Residencial Canaã, na cidade de Paço do Lumiar. No fim da manhã de sábado (21), Nelson de Jesus Soares de Matos, 34, foi executado com disparos de arma de fogo no Coroadinho, no momento em que oferecia sururu a transeuntes. Dois homens em uma motocicleta foram vistos atirando na vítima.

Por volta das 16h, houve um duplo homicídio no Residencial José Reinaldo Tavares, na área da Cidade Olímpica, tendo



O Coroadinho registrou três homicídios no fim de semana, tendo entre as vítimas o pequeno Thawã Victor e o vendedor de sururu Nelson de Jesus

como vítimas Adeilton Alves Nunes, 23, e Marcos Suel da Costa Silva, 20. Estes foram encontrados mortos no quintal de uma casa, com várias perfurações de tiros na cabeça e outras geradas por arma branca. Os rumores indicavam que ambos comumente praticavam roubos na localidade.

Quando anoiteceu, foi a vez de Nerivaldo Gomes Silva Gonçalves, 19, ter sido morto, no

Coquilho, que fica após a Santa Bárbara, zona rural de São Luís. Segundo o Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), ele foi chamado por alguém do lado de fora de sua casa, e, quando surgiu na porta para verificar quem gritava seu nome, foi alvejado por um desconhecido. E, na madrugada de ontem (23), um homem ainda não identificado foi morto a golpes de faca no Cohatrac 1.

Informe JP

Regularização fundiária

A Justiça maranhense determinou que a Emarhp (Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos) proceda, em quatro anos, à regularização fundiária e urbanística dos loteamentos dos bairros Vinhais, Cidade Operária, Bequimão e Angelim, além dos promovidos pela extinta Cohab. A sentença estabelece, ainda, que a empresa abstenha-se de celebrar contratos de loteamentos referentes a essas áreas.

Juiz descarta negociação em torno de reajuste das passagens de ônibus

PÁG. 12 [C1]

Últimas Notícias

Juiz descarta negociação em torno de reajuste das passagens de ônibus

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, determinou ontem que tanto os rodoviários quanto o Sindicato das Empresas de Transporte (SET) deverão se abster de utilizar o reajuste ou recomposição da tarifa de transporte coletivo como solução do dissídio coletivo com os trabalhadores do sistema de transporte urbano em São Luís. Em sua decisão, o juiz argumenta a “inexigibilidade de qualquer reajuste ou recomposição tarifária antes do período de 12 meses a contar da data base, nos termos do contrato”.

Com base neste argumento, ele determina que as partes envolvidas no processo cumpram integralmente os termos dos contratos de concessão em pleno vigor, garantindo a continuidade integral e regular dos serviços de transporte público no município de São Luís, sem qualquer interrupção. O magistrado fixa em R\$ 500.000,00 por dia a multa pelo descumprimento de

sua decisão. E designou para o próximo dia 13 de fevereiro, às 9 horas, a audiência de conciliação. Foi a Prefeitura de São Luís que requereu à Justiça a concessão de tutela de urgência em ação ajuizada em desfavor do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo (SET), no sentido de que as empresas de ônibus sejam compelidas “a cumprirem integralmente os termos dos contratos de concessão em pleno vigor, garantindo a continuidade integral e regular dos serviços de transporte público no município de São Luís, sem qualquer interrupção, bem como seja declarada a inexigibilidade de qualquer reajuste ou recomposição tarifária antes do período de 12 meses a contar da data base, tudo nos termos do contrato, proibindo os réus de usarem o reajuste/recomposição como solução do dissídio coletivo com os trabalhadores (...).”

São Luís

A pedido do MPMA, Justiça determina regularização fundiária de quatro bairros

Em atendimento ao Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou, em 11 de janeiro, que a Emarhp (Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S.A.) proceda, em quatro anos, à regularização fundiária e

urbanística dos loteamentos do Vinhais, Cidade Operária, Bequimão e Angelim, além dos promovidos pela extinta Cohab. A sentença estabelece, ainda, que a empresa abstenha-se de celebrar contratos referentes a loteamentos referentes a estas áreas.

A multa por descumprimento estipulada é de R\$ 10 mil diários. O montante deve ser transferido ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

ESPAÇOS PÚBLICOS

A decisão, do titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas de Melo Martins, acolhe pedidos formulados pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Luís, Luis Fernando Cabral Barreto Junior, em Ação Civil Pública ajuizada em julho de 2007. Segundo o representante do MPMA, o objetivo foi recuperar espaços públicos alienados de forma indevida pela EMARHP,

incluindo terras de propriedade da empresa, que foram vendidas de forma ilegal.

Na ação, o promotor de justiça enfatizou, ainda, que a alienação dos lotes foi realizada sem autorização do Município. Alguns lotes estão em áreas não edificáveis e também não atendem aos requisitos urbanísticos mínimos. Além da nulidade de três contratos indevidos firmados pela Emarhp, a sentença determina, ainda, o cancelamento dos registros destas áreas no Livro-2-ML, no 1º Registro de Imóveis de São Luís.